

REALISMO METAFÍSICO E RELATIVIDADE CONCEITUAL

CAETANO ERNESTO PLASTINO

Resumo: O fenômeno da relatividade conceitual ocorre, segundo Putnam, quando uma descrição verdadeira a partir de uma perspectiva torna-se incompatível com uma descrição equivalente verdadeira a partir de outra perspectiva. Nosso objetivo será examinar em que sentido é possível conciliar a tese da relatividade conceitual com o princípio realista de que o mundo consiste numa totalidade fixa de objetos que não dependem de nossos pensamentos ou sistemas categoriais. Para o metafísico realista, ainda que nossas conceituações do mundo tenham um caráter relativo e perspectivo, daí não se segue que o próprio mundo seja igualmente dependente de nossos esquemas conceituais.

Abstract: The phenomenon of conceptual relativity turns on the fact that the descriptions of the world can change truth-value upon passing from one correct theory to another correct theory. In this sense, can metaphysical realism – the perspective that the world consists of some fixed totality of mind-independent objects – recognize the phenomenon of conceptual relativity?

De acordo com Putnam (1981), o realismo metafísico é uma perspectiva filosófica que se caracteriza por três teses básicas: 1) “o mundo consiste numa totalidade fixa de objetos que não dependem da mente”; 2) “existe exatamente uma descrição completa e verdadeira de ‘como o mundo é’”; 3) “a verdade envolve algum tipo de relação de correspondência entre as palavras ou signos proposicionais e as coisas ou conjuntos de

Caetano Ernesto Plastino é Professor Doutor do Departamento de Filosofia da USP.

coisas exteriores” (pág. 49). Trata-se, segundo Putnam, de uma perspectiva filosófica *externalista*, que adota o ponto de vista do olho de Deus.

Nosso objetivo aqui é examinar a relação entre as teses 1 e 2, tentando mostrar que a tese 2, que nega a relatividade conceitual, não é essencial ao realismo metafísico. Em outra ocasião (cf. Plastino, 1997), já argumentamos que também a teoria da verdade como correspondência, ou seja, a tese 3), não precisa ser mantida no realismo metafísico, bastando uma concepção deflacionária ou minimalista da verdade (como proposta por Field e Horwich).

Enfim, por que o realismo metafísico, que envolve a tese central 1 acerca da independência do mundo exterior em relação a nossas teorias e conceitos, deveria também incluir a tese 2 que afirma haver uma única descrição completa e verdadeira deste mundo? Vejamos inicialmente como Putnam caracteriza a relatividade conceitual.

Em seu realismo interno, Putnam (1987) propõe o abandono da “dicotomia tradicional entre o mundo ‘em si’ e os conceitos que utilizamos para pensar e falar dele” (pág. 20). Segundo Putnam, a verdade e a referência de nossas expressões lingüísticas são relativas ao esquema conceitual adotado, ou seja, são internas à perspectiva assumida. Assim, não faz sentido a noção de “coisa em si”. “Não sabemos do que falamos quando falamos das ‘coisas em si’” (Putnam, 1987, pág. 36) independentemente da especificação da linguagem ou do aparato categorial. Segundo Putnam, o realismo interno distingue-se do realismo metafísico clássico exatamente porque é um “realismo que *não* é incompatível com a relatividade conceitual, (...) que não utiliza a noção de ‘coisa em si’” (Putnam, 1987, pág. 17). Ou seja, para Putnam, o realismo metafísico teria que recusar a relatividade conceitual e supor que existe uma única maneira correta de representar o mundo.

Tal fenômeno da relatividade conceitual ocorre quando uma descrição verdadeira a partir de uma perspectiva torna-se incompatível com uma descrição equivalente verdadeira a partir de outra perspectiva. E, argumenta Putnam, “qualquer sentença que muda seu valor de verdade ao passar de uma teoria correta a outra teoria correta (por exemplo, uma descrição equivalente) expressa tão-só uma propriedade do MUNDO que é *relativa à teoria*” (Putnam, 1978, pág. 132).

Um exemplo apresentado por Putnam (1978, págs. 130-2) pode auxiliar a compreender a relatividade conceitual. Se “o mundo” é uma linha reta, podemos descrevê-lo de tal modo que (1) existam pontos (que pertencem à linha) ou que (2) não existam pontos (pois todas as suas partes têm

extensão). Entretanto, não é uma questão de fato a de qual descrição é verdadeira. Do ponto de vista da segunda descrição, os pontos podem ser construídos logicamente a partir de segmentos de linha. Ou seja, as duas descrições são equivalentes e verdadeiras, embora se oponham entre si.

Goodman (1983) apresenta um outro exemplo para elucidar o conflito entre algumas verdades:

A Terra mantém-se fixa, gira em torno do Sol e percorre muitos outros caminhos ao mesmo tempo. Contudo, nada se move e permanece em repouso. (...) Buscamos geralmente refúgio numa simples relativização: de acordo com o sistema geocêntrico, a Terra mantém-se fixa, ao passo que, de acordo com o sistema heliocêntrico, ela se move. Mas aí não há sólido conforto. Que uma dada versão diga alguma coisa não torna verdadeiro o que ela diz; afinal, algumas versões dizem que a Terra é plana ou que repousa no dorso de uma tartaruga. Que a Terra esteja em repouso de acordo com um sistema e se mova de acordo com outro nada diz sobre o modo como a Terra se comporta, mas apenas algo sobre o que essas versões dizem. O que é preciso acrescentar é que essas versões são verdadeiras. Mas então a contradição reaparece, e se fecha nossa saída” (pág. 99).

Quando percebemos que os supostos aspectos do mundo são relativos a uma perspectiva particular, que uma versão verdadeira do mundo pode ser incompatível com outras versões verdadeiras do mundo, então “o mundo em si” rapidamente se esvai, diz Goodman (1983, pág. 102).

Numa resenha crítica do livro “Reason, Truth and History” (1981) de Putnam, Field (1982) pergunta por que o realista deveria admitir a tese de que há uma única descrição correta e verdadeira do modo como o mundo é. Afinal, os conceitos que utilizamos para descrever o mundo não são inevitáveis: seres inteligentes e diferentes de nós (alienígenas) poderiam utilizar predicados cujas extensões diferem de tudo que definimos em nossa linguagem; sua linguagem poderia até mesmo não conter predicados, mas recursos referenciais de espécie radicalmente diferente. Numa tal situação, como poderíamos dizer que se trata de *uma mesma descrição* verdadeira do mundo? Ou seja, em que sentido uma descrição verdadeira feita por nós seria *a mesma* descrição verdadeira feita por esses outros seres? O que significa ser *a mesma* descrição? Mesmo a tese mais plausível de que “existe *no máximo* uma descrição completa e verdadeira do mundo que usa nossos conceitos” deve ser tomada com cautela, já que muitos de nossos conceitos usuais são vagos ou indeterminados e podem ser

estendidos de modos mutuamente incompatíveis. Assim, conclui Field, parece não haver nenhum modo interessante de reformular a tese (2) que a torne uma doutrina digna de aceitação pelo realista; não há boas razões para que ela deva fazer parte de uma concepção tipicamente realista. Além disso, mesmo admitindo que duas teorias verdadeiras possam diferir em sua ontologia, isso não implica (para o realista) que o próprio mundo dependa de nossos compromissos teóricos.

Para o metafísico realista, ainda que nossos pensamentos e conceituações do mundo tenham um caráter fundamentalmente perspectivo, daí não se segue que o próprio mundo seja igualmente perspectivo ou relativo a nossa mente e linguagem. Segundo o realista, é preciso esclarecer que “a existência *relativa a* um esquema conceitual *não* é equivalente à existência *em virtude desse* esquema conceitual” (cf. Sosa, 1993, pág. 621). Que a existência de um objeto no mundo seja relativa a nosso esquema conceitual não significa que sua existência seja afetada pela ausência desse esquema conceitual ou de quem o utiliza. Por exemplo, em nosso mundo, reconhecemos que, relativamente a nosso esquema conceitual, a ausência de seres como nós nenhum efeito tem sobre a existência do Sol (cf. Sosa, 1993, pág. 624). Podemos dizer que os dinossauros existiram há cerca de 100 ou 200 milhões de anos, numa época em que não havia seres humanos que os identificassem como tais (em que não havia descrições das características distintivas dos dinossauros). Por outro lado, há objetos que foram realmente constituídos a partir de nossas atividades conceituais (nos exemplos de Hilpinen, os sinais de trânsito, as peças de xadrez). Nesse sentido, segundo os realistas, o mundo que descrevemos existe em grande parte independentemente de nossa mente, de nosso sistema de conceitos.

Mesmo que o realista reconheça que os compromissos ontológicos são relativos a uma perspectiva, ele poderá continuar mantendo que “a metafísica do realismo sobrevive incólume”, como diz Lewis (1984, pág. 232). Assim, o realista não teria que recusar seu princípio metafísico central de que “o mundo consiste numa totalidade fixa de objetos que não dependem da mente” (cf. Putnam, 1981, pág. 49). O problema, segundo Putnam e Goodman, é que “essa história pode reter O MUNDO, mas ao preço de abandonar qualquer noção inteligível de *como é* O MUNDO” (Putnam, 1978, pág. 132). Ou seja, só faz sentido perguntar sobre os objetos do mundo dentro de uma teoria ou descrição.

Putnam (1987) procura mostrar, por exemplo, que a resposta à questão “Quantos objetos existem no mundo?” depende da escolha do esquema

conceitual. Para tanto, considera um mundo com três indivíduos (a , b , c). Uma resposta possível seria a de que existem três objetos particulares (a , b , c) independentes entre si. Mas se considerássemos que para dois particulares quaisquer há um objeto que é a sua soma mereológica, então diríamos que nesse mundo existem sete objetos (a , b , c , $a+b$, $a+c$, $b+c$, $a+b+c$). Portanto, não faria sentido perguntar “Quantos objetos *realmente* existem no mundo?”, visto que temos duas descrições corretas com ontologias diferentes. A própria noção de “objeto” não tem uma interpretação absoluta, podendo ter múltiplos usos diferentes, todos igualmente legítimos. Ou seja, a própria identificação de algo como um objeto requer um esquema conceitual.

Mas em vez de considerar a expressão “objeto” como sendo um tanto ambígua, melhor seria dizer, como faz Hilpinen (1996), que a expressão “objeto” não é identificadora; em outras palavras, o conceito de “objeto” não isola de modo definido o que cai sob ele. Consideremos um exemplo em que a individuação não é tão problemática: “Qual é o número de pandas no mundo?”. Não parece razoável dizer que o número de pandas no mundo depende de nosso esquema conceitual. Seria muito estranho dizer que se o nosso esquema conceitual fosse diferente do atual, então o número de pandas também seria diferente do atual. Tal afirmação ou é *falsa* (se diz respeito ao número de pandas), pois a adoção de um esquema conceitual não contribui para a constituição de pandas, ou é *trivial* (se diz respeito à extensão do termo “panda”), visto que se a extensão do termo “panda” fosse diferente da atual (por exemplo, incluindo também os ursos), então o número de pandas seria obviamente maior do que o atual. Isso seria equivalente a dizer que se o rabo de um cão também fosse chamado de pata, então os cães teriam cinco patas.

Também para o realista, a resposta à pergunta “Como é o mundo?” deve consistir em uma ou várias descrições que tentam capturá-lo. Não se pode expressar absolutamente o modo como o mundo é. “Não há um tal exílio cósmico” (Quine, 1960, pág. 275), um lugar privilegiado, fora de todo e qualquer esquema conceitual, em que se possa realizar uma tarefa filosófica distinta de todas as demais. Não é possível ver e representar o mundo a partir de lugar nenhum. Mesmo para analisar, criticar e revisar um esquema conceitual é preciso algum esquema conceitual. Portanto, ao contrário do que afirma Putnam, o realista não tenciona negar a possibilidade de esquemas conceituais alternativos cuja escolha seja feita convencionalmente, visto que não se supõe um esquema conceitual absoluto, inevitável, “realmente verdadeiro”. Com efeito, o mundo pode ser

“recortado” ou “dividido” de diversas maneiras a partir de diferentes esquemas conceituais, de diferentes taxonomias categoriais. O que o realista nega é que a escolha deste ou daquele esquema conceitual corresponda a uma diferença real por parte da estrutura do mundo, ou dos processos causais entre as coisas do mundo. (Cf. Boyd, 1989).

Nesse sentido, o realismo metafísico mostra-se plenamente compatível com a tese da relatividade conceitual, desde que se possa fazer uma clara distinção entre “o modo como o mundo é” (que em grande parte não depende de nós) e nossas conceituações do mundo (que são produto da atividade humana), ou seja, desde que se reconheça a autonomia do mundo com respeito a nosso conhecimento ou experiência. Para tanto, como diz Hilpinen, é fundamental distinguir dois sentidos da expressão “dependente da mente”: aquele em que a identificação de algo como um certo objeto (por exemplo, o Sol) requer um conceito identificador; e aquele em que um certo objeto é constituído a partir de nossas crenças e atividades (por exemplo, as peças de xadrez e os sinais de trânsito). Somente neste último sentido é que o realista diz que em grande parte o mundo não é dependente da mente. Ou seja, ainda que a identificação de algo como uma certa espécie de objeto exija uma mente (um esquema conceitual), daí não se segue que tais objetos são constituídos pela mente ou são produtos da atividade humana.

No contexto dessa abordagem realista, surge naturalmente uma outra questão (que não nos cabe aqui examinar): em que medida este mundo independente pode ser conhecido por nós? Podemos ter acesso epistêmico a um mundo que em grande parte não depende de nossas crenças e teorias? Para alguns realistas mais céticos, o mundo é tão completamente independente de nós e de nossas crenças que poderia muito bem não conter nenhum dos objetos sobre os quais comumente pensamos estar falando (cf. Rorty, 1982, Cap. 1). Em vez de deparar-se com uma “ontologia evanescente” (como diria Goodman), entende-se que o mundo, decerto, contém “espécies de objetos que nosso atual esquema conceitual não reconhece, tais como artefatos ainda não inventados e partículas ainda não descobertas” (Sosa, 1993, pág. 623) ou mesmo coisas que nunca chegaremos a identificar. Por outro lado, o realismo metafísico pode associar-se a uma concepção epistemológica que valorize o conhecimento científico, pode fazer parte do chamado “realismo científico”, segundo o qual por meio da ciência podemos progressivamente obter conhecimento (pelo menos aproximado) acerca dos elementos e da estrutura do mundo. Mas a discussão acerca desses aspectos epistemológicos ultrapassa nosso objetivo, que foi

apenas considerar a compatibilidade do realismo metafísico com a relatividade conceitual. A nosso ver, o realismo metafísico é compatível tanto com a relatividade conceitual (defendida por Putnam) quanto com sua negação (defendida por Davidson, por exemplo). Em suma, não há boas razões para que o realismo metafísico envolva a tese 2 ou dependa dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOYD, R. "What Realism Implies and What It Does Not", *Dialectica* 43, 1989, págs. 5-29.
- FIELD, H. "Realism and Relativism", *Journal of Philosophy* 79, 1982, págs. 553-567.
- GOODMAN, N. "Notes on the Well-Made World", *Erkenntnis* 19, 1983, págs. 99-107.
- HILPINEN, R. *On Some Formulations of Realism, Or How Many Objects Are There in The World?*, em *Realism and Anti-Realism in the Philosophy of Science*, editado por R. Cohen, R. Hilpinen e Q. Renzong, Kluwer, 1996.
- LEWIS, D. "Putnam's Paradox", *Australasian Journal of Philosophy* 62, 1984, págs. 221-236.
- PLATINO, C. *A Verdade é Objetivo da Ciência?*, Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Série 3, v. 7, n. 1, 1997, págs. 9-21.
- PUTNAM, HILARY. *Meaning and the Moral Sciences*, Routledge & Kegan Paul, 1978.
- PUTNAM, H. *Reason, Truth and History*, Cambridge University Press, 1981.
- PUTNAM, H. *The Many Faces of Realism*, Open Court, 1987.
- QUINE, W. *Word and Object*, MIT Press, 1960.
- RORTY, R. *Consequences of Pragmatism*, University of Minnesota Press, 1982.
- SOSA, E. "Putnam's Pragmatic Realism", *Journal of Philosophy* 90, 1993, págs. 605-626.